

A IMPRENSA PERIÓDICA COMO FONTE PARA O ESTUDO DA PROFISSÃO DOCENTE NO CONTEXTO DO NORTE FLUMINENSE (RJ) ENTRE DOIS SÉCULOS (XIX E XX)

Silvia Alicia Martínez¹

Cíntia Porto²

Este texto insere-se no bojo das investigações desenvolvidas na linha de pesquisa: História das Instituições Educativas do Norte Fluminense³ e vincula-se ao estudo da Escola Normal de Campos (1894-1954). Parte do pressuposto que desde o século XIX as escolas normais constituíram o lugar central de produção e de reprodução do corpo de saberes e do sistema de normas próprias da profissão docente (Nóvoa, 1997).

Paralelamente ao aprofundamento de questões relativas à história da instituição, e sob inspiração das leituras dos estudos da denominada História Cultural, principalmente os desenvolvidos por Chartier (1990), buscaram-se indícios do processo de profissionalização docente em outros suportes, para além dos documentos escritos cotidianos e iconográficos existentes na escola e dos originários nos órgãos oficiais, que tinham se tornado, em uma primeira fase, a matéria prima privilegiada de pesquisa. Buscavam-se subsídios que permitissem compreender o processo de construção de representações, apropriações e até de algumas práticas que foram sendo atribuídas ao ser professor e professora e ao trabalho docente no contexto de abrangência da pesquisa, a cidade de Campos, ou seu entorno maior, o Norte Fluminense, no interior do estado do Rio de Janeiro.

Por outro lado, as revistas especializadas, ou seja, a imprensa pedagógica, constituiu-se em fonte de pesquisa importante para o estudo da escola e do trabalho docente, tal como vem demonstrando alguns autores. Entretanto, entre os documentos analisados na escola em questão, nenhum vestígio levava a acreditar que as professoras primárias ou as alunas normalistas da região de Campos lessem determinada revista; ainda, nenhuma revista que tivesse sido produzida pelas normalistas ou pelas professoras do contexto campista foi identificada, impedindo a possibilidade de entender o que liam, como se viam, o que

¹ Doutora em Educação. Pós-Doutora em História da Educação. Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (UENF).

² (UENF) Pedagoga.

³ Do Grupo de pesquisa do CNPq, Educação, Sociedade e Região, sob minha coordenação, e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Campos, RJ, Brasil).

recomendavam como leitura ou exercícios práticos e quais eram suas reivindicações. Perante a ausência de periódicos especializados, entende-se que a imprensa periódica não especializada de circulação diária pode-se apresentar como um campo privilegiado de pesquisa.

Na primeira parte do texto, apresentam-se sucintamente aspectos da formação de professores desde fins do século XIX em um contexto amplo, em geral, e na região norte fluminense, em particular. A seguir, aprofundam-se algumas questões teórico-metodológicas que tomam por base periódicos especializados ou imprensa periódica. Por fim, apresentam-se os resultados da investigação que tomou o “Jornal Monitor Campista” - editado na cidade de Campos dos Goytacazes - como fonte privilegiada de pesquisa, no corte temporal limitado à primeira metade do século XX, por considerarmos que esse jornal colocava em circulação matérias que contribuíram para compor representações sobre a professora primária e a profissão do magistério, na região.

O Magistério primário no final do século XIX: aspectos preliminares

Ao estudar o processo de constituição da docência no ocidente europeu, Nóvoa identificou determinadas características, sintetizadas no que ele denominou “etapas da profissionalização”, fases que, na verdade, representaram um longo e contraditório processo histórico, mas que, genericamente, seria marcado, entre outras coisas:

- pela progressiva substituição de um corpo docente religioso, ou sob o controle da Igreja, por um corpo laico, ou sob o controle estatal, ainda que isso não tenha significado, necessariamente, o abandono dos valores religiosos, dos ideais *missionários* relacionados à prática do ofício e das tradições paroquiais como modelo ideal de docente;
- pelo fato de a atividade docente passar a ser exercida como ocupação principal dos mestres;
- pelo estabelecimento de um suporte legal e normativo para o exercício da profissão;
- pela criação de instituições específicas de formação dos professores, as *Escolas Normais*; e
- pela constituição de associações profissionais de docentes.

Para esse autor, as mudanças sociológicas experimentadas pelo conjunto de professores primários criaram as condições para a “funcionarização” da profissão docente, sob o controle e prerrogativas estatais, que contribuíram para o surgimento das primeiras associações profissionais, renunciando o estatuto profissional adquirido pelos docentes, no século XX:

O nascimento do professor de instrução primária se faz em interação com a organização e difusão da escola popular e com o desenvolvimento dos grandes sistemas escolares, tal qual nós ainda em nossos dias os conhecemos. A gênese do sistema de ensino de Estado e da profissão de professor remonta ao fim do século XVIII, mas é somente no final do século XIX que a escola e o professor de instrução primária adquirem as características que permanecem sendo as suas atualmente (Nóvoa, 1991, p.118).

A passagem do ensino religioso para o estatal acarretou uma “homogeneização” no corpo docente. Os antigos professores (religiosos) passaram por um processo de laicização, enquanto os novos se moldaram às exigências estatais. Segundo Nóvoa (1991): “*de agora em diante, eles são funcionários do Estado, com todos os direitos e deveres que isto implica*” (p.116). E é através da educação que o Estado fortalece seus ideais, fazendo uma ponte com os cidadãos.

Nóvoa (1997) observa que, no século XIX, as escolas normais constituíram o lugar central de produção e de reprodução do corpo de saberes e do sistema de normas próprias da profissão docente:

As escolas normais são instituições criadas para controlar um corpo profissional, que conquista uma importância acrescida no quadro dos projectos de escolarização de massas; mas são também um espaço de afirmação profissional, onde emerge um espírito de corpo solidário. As escolas normais legitimam um saber produzido no exterior da profissão docente, que veicula uma concepção dos professores centrada na difusão e na transmissão de conhecimentos; mas são também um lugar de reflexão sobre as práticas, o que permite vislumbrar uma perspectiva dos professores como profissionais produtores de saber e de saber-fazer (Nóvoa, 1997, p. 16).¹

Catani (2000) ao realizar um balanço historiográfico sobre os estudos acerca da história da profissão docente no Brasil apontou para o fato de que há semelhanças com outros

¹ Muitos desses fundamentos balizaram uma pesquisa maior, tendo em MENDONÇA e Ó (2007) seus lineamentos principais.

países, em um processo que poderia se denominar transnacional (simultaneamente local, nacional e internacional) de constituição da docência nas sociedades ocidentais.

O processo de profissionalização da docência pública, em fins do século XIX, passava por um duplo movimento de funcionarização/estatização e construção de identidades coletivas do magistério enquanto uma categoria, *uma classe profissional* de composição heterogênea. Nesse processo vão sendo construídas possíveis representações, apropriações e algumas práticas foram sendo atribuídas ao *ser professor e professora*, do *fazer-se* de uma profissão, do exercício de um ofício. No dizer de Villela (2000), no lugar do antigo *mestre-escola*, vai tomando corpo o modelo científico do *professor*.

Formar-se professora no Norte Fluminense: O importante papel da Escola Normal de Campos

A Escola Normal de Campos, segunda instituição pública e oficial de formação de professores do estado do Rio de Janeiro, foi criada em 1894, em uma atmosfera de novos ideais republicanos. Seguindo a trilha de muitas outras escolas normais do país, instalou-se junto a um Liceu, o Lyceu de Humanidades de Campos¹, onde funcionou por sessenta anos como escola anexa. Em 1955 mudou-se para um novo prédio, passando a constituir, junto ao Grupo Escolar Saldanha da Gama e ao Jardim de Infância José do Patrocínio, o Instituto de Educação de Campos², hoje Instituto Superior de Educação.

Nos sessenta anos de trabalho em que a Escola Normal de Campos permaneceu junto ao Liceu – a escola apenas foi fechada em 1900, conseguindo sobreviver como Escola Normal Livre e reabrindo em 1901³ - constituiu-se em uma instituição de referência, criadora/portadora de uma cultura pedagógica singular na formação de professores da região Norte Fluminense.

¹ Sobre essa instituição ver MARTINEZ e FAGUNDES, (2010) e MARTÍNEZ; GANTOS; BOYNARD (2012), entre outros.

² A transição da Escola Normal para o novo endereço -na então periferia urbana-, onde viria a se tornar Instituto de Educação, as lutas e resistências das alunas que não aceitavam a mudança e as estratégias desenvolvidas pelo diretor e corpo docente para integrar as três instituições que começavam a construir juntas uma nova história escolar, foi abordada em pesquisa anterior: Martinez, S e Boynard, M. A. (2004). Nessa pesquisa foi possível observar como foi sendo construída a “cultura do Instituto de Educação”, na junção do “espírito liceísta” e dos ideais escolanovistas.

³ Em 26 de janeiro de 1900 o Decreto Estadual N.º. 558 extinguiu a Escola Normal. O Diretor Dr. Joaquim Ribeiro de Castro, professores e outras pessoas comprometidas com o ensino, inconformados com o fim da Escola Normal fundam, em 10 de abril, a Escola Normal Livre, que passa a funcionar no Liceu de Artes e Ofícios a partir de 1º de maio.

Apesar da longa permanência no endereço do Liceu, a Escola Normal atravessou diferentes fases, geralmente condizentes com mudanças que afetavam a sociedade mais amplamente. Poder-se-ia falar de uma longa fase de instalação e consolidação ao longo da Primeira República, com um currículo de quatro anos e um grande número de estudantes, *majoritariamente* de sexo feminino frequentando as aulas. Uma segunda fase se iniciaria com uma mudança muito profunda nos anos de 1930, quando a Escola Normal foi extinta para se metamorfosear em curso de Especialização e Aperfeiçoamento, de um ano de duração, que seria realizado após o ginásio. Ainda em 1937, o curso se ampliaria para dois anos, com a denominação de Escola de Professores para, de 1946 a 1954, adotar novos planos e constituir o Curso Normal do Colégio Estadual Liceu de Humanidades de Campos, de três anos de duração.¹

A imprensa (pedagógica) como fonte privilegiada de pesquisa

De acordo com Chartier (1991), a análise da história das representações inscritas nos textos permite melhor compreender como se estabelecem e circulam os discursos de formação da identidade do sujeito, no caso específico do professor.

Dentre as novas propostas para o estudo da história da educação no país, Catani considera a imprensa pedagógica um espaço privilegiado para interpretar as inúmeras correntes do pensamento pedagógico no Brasil.

Sobre a importância da imprensa pedagógica, Catani afirma que:

De fato, as revistas especializadas em educação, no Brasil e em outros países, de modo geral, constituem uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional enquanto fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas que emergem do espaço profissional (...) (Catani, 1996, p.117).

Destaque merece também o trabalho de Fernandes (2009) ao estudar comparativamente periódicos pedagógicos em Portugal e Brasil, observando a circulação de modelos entre ambos países.

¹ Por razões de espaço não poderá se aprofundar a rica história da instituição.

Entretanto, é possível interrogar-se como se aproximar da realidade cotidiana de uma instituição ou de uma profissão quando não circulam em determinada região periódicos especializados, no caso, pedagógicos. Em resposta a esse questionamento entendemos que a imprensa periódica não especializada de circulação diária pode-se apresentar como um campo privilegiado de pesquisa.

Segundo Bastos (2002), a imprensa constitui-se em um dos dispositivos privilegiados para forjar o sujeito/cidadão, visto que é portadora e produtora de significações.

Para Neto (2002), é principalmente através da imprensa que se divulgam e se consolidam as principais representações sociais, pois *“o jornal torna-se um elemento fundamental para se captar as principais representações de uma época, uma vez que centraliza boa parte das opiniões e das atenções da elite intelectual, que trabalha na moldagem da cultura”* (p, 206).

Ainda, para o historiador, o jornal apresenta uma fonte inigualável de pesquisa visto que, diferentemente da tradição oral, a palavra escrita pode ser resgatada posteriormente e utilizada como documento na construção de interpretações históricas.

Neto (2002) considera que a imprensa é o espaço da comunicação, e o jornal, uma parcela dessa imprensa, portanto, ao utilizarmos o jornal na pesquisa, estamos usando apenas uma fração das interpretações produzidas, porém, uma fração importante, visto que, a imprensa desse período é majoritariamente dependente do texto impresso, estando outras formas de comunicação, como o telefone e o cinema, ainda em seus primórdios. Sendo assim, o jornal é importante na difusão de notícias, de valores e na emissão de opiniões.

Nesse sentido, Nóvoa (1997) também valoriza a imprensa pedagógica como fonte de pesquisa afirmando que,

A imprensa é, provavelmente, o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que aqui se manifestam, de um ou de outro modo, o conjunto dos problemas desta área. É difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre a teoria e a prática, entre os projetos e as realidades, entre a tradição e a inovação. (...) São as características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o caráter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia (Nóvoa, 1997, p. 31).

Podemos dizer, desse modo, que através da imprensa periódica podemos apreender as representações sociais acerca da professora e da profissão do magistério, entendendo, ainda

segundo Chartier (1988), que as *representações* culturais produzidas por indivíduos e grupos posicionados são produtos de realidades sociais, na medida em que constituem estratégias, discursos e práticas sociais em meio a lutas de poder e dominação em uma sociedade.

A história cultural (...) tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e apreciação do real. Variáveis consoantes às classes sociais ou os meios intelectuais são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Daí para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (Chartier, 1988, p.16-17).

Para Chartier (1991) a “construção das identidades sociais resulta sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição de aceitação ou resistência, que cada comunidade produz de si mesma” (p.183).

Esse autor chama a atenção para as formas de apropriação do discurso, observando que:

A problemática do mundo como representação, moldada através da série de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz, obrigatoriamente, a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores. Daí, o nosso interesse pelo processo por intermédio do qual é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente construída uma significação (1990, p. 23-24).

Para a realização da pesquisa, apesar de não ter utilizado a análise do discurso rigorosamente, foram identificadas, a partir da revisão da literatura, algumas palavras-chave que qualificavam de alguma forma a profissão docente e a professora primária, dentre elas: vocação, missão, docilidade, etc. O primeiro passo dado para o desenvolvimento da investigação foi selecionar o conjunto de matérias ligadas à Escola Normal que circularam no jornal “Monitor Campista”, a partir de finais do século XIX e durante a primeira década do século XX, no período de instalação e início do processo de consolidação do modelo de "escola normal". Usou-se, para isso, um levantamento maior, elaborado anteriormente por membros da pesquisa, que visou identificar no universo dos jornais, através de levantamento

diário (dia após dia), todas as matérias publicadas no referido jornal que fizessem referência à Escola Normal de Campos, iniciando no ano de criação da instituição até sua mudança para constituir o Instituto de Educação de Campos¹.

Após contato inicial com o material, foram selecionadas aquelas matérias que se referissem à profissão docente e à professora primária. Excluíram-se aquelas que diziam respeito à vida cotidiana da instituição, como convocações para provas, posse de professores e informações em geral.

Na apresentação dos dados, optou-se por transcrever apenas algumas dessas matérias.

Representações sobre o magistério primário campista e a profissão docente entre os séculos XIX e XX

Entre o final do século XIX e o início do século XX, a docência nas escolas primárias pode ter representado, para algumas mulheres das classes mais pobres da sociedade, uma oportunidade de trabalho intelectual no mercado urbano, o que as distinguiu de outras mulheres que exerciam uma gama variada de ofícios manuais, sobre os quais pesava o estigma e o preconceito, devido às relações estabelecidas, naquele contexto social, entre o trabalho manual e a escravidão (Louro, 1999).

Assim, se havia nesse momento, na expressão de Lopes Louro, um “discurso hegemônico” segundo o qual às mulheres era suficiente uma educação moral sólida, destinada à maternidade e à vida doméstica, em prejuízo da instrução escolar, uma parcela dessas mulheres experimentou e vivenciou situações que não se adequavam ao modelo para elas preconizado.

De acordo com Silva (2002),

As estatísticas educacionais não deixam dúvidas de que a docência dos primeiros anos de escolarização das crianças - aí compreendendo, no caso brasileiro, a educação infantil e o ensino de 1ª a 4ª série - é um espaço profissional no qual as mulheres reinam absolutas. Este é um cenário que se consolidou já nos primeiros anos do século XX, tanto no Brasil quanto em países da América e da Europa (p.95).

¹ Não foi possível pesquisar a totalidade absoluta do universo, visto que alguns números do jornal estavam fora de circulação à época de realização da investigação, pelo avançado estado de deterioração que apresentam, tanto no próprio arquivo do Monitor Campista como do Arquivo Público Municipal. Ainda entre os anos de 1924 – 1927 e 1929 – 1930, acredita-se que o jornal não tenha circulado. Cabe mencionar que atualmente o arquivo do Monitor Campista encontra-se sob a guarda do Jornal do Comercio, na cidade do Rio de Janeiro, para onde foi levado após o fechamento do jornal, não estando lamentavelmente disponível para pesquisa.

Embora não tratando diretamente do magistério, consideramos importante iniciar essa parte com um escrito publicado no jornal Monitor Campista no período em que começaram a aparecer os rumores de que se fundaria em Campos uma Escola Normal, no ano de 1894. Texto este que retratava a mulher – ou uma visão desta - como ela deveria ser e como deveria portar-se frente à sociedade, incentivando as mães a mandarem suas filhas para a escola.

Chama a atenção que, quebrando a rotina de não identificar os autores dos textos, essa matéria estava assinada, como pode ser observado na reprodução integral apresentada abaixo:

Educação da Mulher

A mulher deve ser bella, deve ter graças e encantos. Nem todas podem ser lindas, que a formosura não ficou em dote a todas as filhas de Eva; mas todas podem ser bellas. Belleza não é formosura nem lindeza: belleza é o resultado das graças; e toda mulher bem educada póde ter graças; póde lh`as dar a educação, póde supprir até defeitos do corpo, póde substituir a formosura e fazer linda a fealdade.

Mães cegas, que vos elevaes na formosura de vossas filhas, cuidaes que não precisam mais encantos, - mães que choraes sobre a fealdade das vossas, e julgaes que nenhuns atractivos podem ter, voltae d`esse erro factal a ambas, tão funesto a umas como a outras.

Se a natureza foi liberal com tua filha, não desprezes essa vantagem: cuida de sua formosura, preserve essa tez delicada, conserva essas mãos finas, cultiva essas rosas de saude, nutre esse cabello ondeado, molda esse talhe airoso, concerta esse porte elegante. Tua filha será formosa; tanto melhor para ela; com virtude, instrução e formosura, há de ser feliz em todo o estado. Foi com a tua escassa, o madrastra, a natureza? – não a creias infeliz por isso: em tua mão não está fazel-a formosa – bella sim.

A educação embrandece pelles duras, amacia mãos asperas, dá graça e doçura a olhos de pouca luz, faz interessante a face pallida e affaveis os lábios descorados; põe a bondade do coração na frente que não é alva; torna elegante o corpo que não é airoso, amavel o que não é lindo, engraçado o que não é formoso. Tua filha ha de ser bella, consola-te, mãe angustiada, cuida de sua educação, vêl-a has adorad, feliz, e preferida a muita formosura. (Monitor Campista, 30/08/1894 – Ass: Visconde de Almeida Garrett).

Através desse texto, no qual as características físicas da mulher são evidenciadas e valorizadas, algumas questões nos instigaram. Estaria insinuando o autor que as mulheres desprovidas de beleza não poderiam se casar? Ou, que a escola primária e a Escola Normal não se destinariam àquelas moças “belas” e “formosas”? E ainda além: estaria nas mãos da Escola Normal, através da educação ali ministrada, tornar “bonitas” aquelas moças de “pouca luz”? Entretanto, após uma busca atenta aos dados do “autor”, vemos que se trata de um trecho de uma obra escrita pelo romancista português João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett (1799- 1854).

Com efeito, o trecho corresponde à parte final da Carta Nona, da obra: “Da Educação.

Cartas dirigidas a uma senhora illustre encarregada da instrução de uma jovem princeza”, publicada no exílio do autor em Londres no ano de 1829¹. Com texto escrito em forma de cartas dirigidas à preceptora da futura rainha, o livro pertence claramente ao gênero “livro de aconselhamento”². Carvalho (2006) explica que esse modelo é herdeiro da longa tradição das *preceptivas*, ou “livros de aconselhamento de príncipes que tiveram seu apogeu nos séculos XVI e XVII” (p. 158)³.

Agora bem, novas perguntas surgiram após a descoberta da autoria do texto: por que o editor do jornal publicou esse trecho da obra, anacrônica para a época, se nos próprios contextos português e brasileiro existiam já manuais nos quais não se opunha mais beleza e conhecimento, mas se destacavam outras qualidades próprias das mulheres, e desejáveis para a professora, como prudência, caridade, pureza dos costumes, zelo e firmeza de caráter, desinteresse, robustez e pudor?⁴ Ou apenas estaria o autor fazendo a divulgação velada da Escola Normal que abriria as portas na cidade, apelando a um texto que estava por algum motivo na sua estante e, não sendo um especialista, ainda acreditava nessa concepção do magistério e da educação da mulher?

Mesmo sem respostas, o certo é que as primeiras turmas da Escola Normal foram muito bem sucedidas em número de alunas e em permanência, podendo observar que muitas das alunas formadas se dirigiram às escolas públicas primárias e ao exercício do magistério, tornando-se, de fato, funcionários do Estado, enquanto outras tantas se destinariam ao casamento.

Entretanto cabe ainda interrogar: haveria concepções do magistério em disputa no imaginário local da época? Viriam chocar-se essas ideias do imaginário local com as dos manuais utilizados no curso de Pedagogia pelas alunas? Certamente esses questionamentos podem suscitar algumas reflexões, principalmente se observarmos a diferença visível com as matérias publicadas já no século XX, como veremos a seguir.

Através de um trecho de um artigo publicado pelo jornal Monitor Campista, em 1901, é possível perceber algumas das representações sobre os professores na cidade de Campos dos Goytacazes, tanto secundários como primários, assim como o descaso do governo com o

¹ Republicada no Porto em 1867 e 1883.

² Agradeço enormemente ao Prof. Antonio Nóvoa por ter me facilitado a obra em questão. Ainda, para conhecer mais sobre Almeida Garret e sua obra consultar: Maria João Seco e Alcino Pedrosa, 2010..

³ A autora explicita que muitos livros de pedagogia que circularam no século XIX se organizaram segundo esse modelo cheio de preceitos moralizantes que visavam formar o professor, e dá como exemplo o livro de Charbonneau, de ampla circulação em Portugal e no Brasil. No caso de Almeida Garret, entretanto, cremos que não se tratava de um manual de pedagogia propriamente dito.

⁴ Essas características esperadas da professora estavam retratadas no Manual de Pedagogia de Affreixo e Freire, usado na Escola Normal de Campos, e estudado por nós. A respeito, ver: Martínez, 2009.

pagamento do salário desta “classe” profissional.

O professorado

Não estão pagos seus vencimentos desde o mês de maio do corrente ano dos professores, quer da instrução primária quer secundária do nosso estado.

Este facto motivado bem o sabemos pelas críticas e precárias condições econômicas do Thesouro Estadual colloca esta distincta classe de servidores do Estado em posição embaraçosa aumentando as dificuldades (...) da vida [que] é penosa e os encargos que lhe são inerentes por demais pesados.

Mal remunerados, os professores especialmente da instrução primária em virtude ainda da escassez de recursos do Estado que teve não há muito tempo de solicitar auxílio das municipalidades que com louvável patriotismo e perfeita correção auniram os pagamentos dos alugueres dos prédios em que funcionavam as escolas privando-se de uma parte de suas rendas que mal chegam para as suas necessidades.

O atraso prolongado do pagamento de seus vencimentos crea uma situação verdadeiramente insustentável e aflitiva para esta classe que de sua nobre e árdua profissão colhe exclusivamente os poucos meios de subsistência.

Sem outros recursos que aqueles oriundos da profissão, pois não são os que se dedicam a essa utilíssima missão social, em regra, pessoas abastadas e não lhe sendo facultada o exercício de sua atividade que qualquer ramo da vida, donde possam aferir vantagem.

O não recebimento de seus vencimentos origina para eles uma posição realmente deplorável de difícil solução. Nas condições em que se acha o professorado fluminense como poderá ele desempenhar com maior proveito para a sociedade os deveres de sua nobre e alta missão? Como poderá ter prudência, calma e despreocupação se a necessidade sempre dura e exigente tira-lhe a paz e a serenidade de espírito? Como ser assíduo no exercício se precisa pensar, cogitar, procurar e se esforçar para obtenção de meios que lhe garantam a existência? Em tal situação é absolutamente impossível e será mesmo revoltante iniquidade exigir do professor o severo e rigoroso cumprimento dos seus deveres que a condescendência e a tolerância dos superiores hierárquicos aparecerão como natural consequência e com elas também a frouxidão ou sacrifício do prestígio da autoridade sempre prejudicará a sociedade. [...] (Monitor Campista, 29/09/1901).

Podemos perceber que o trabalho que o professor desempenhava era considerado uma “missão social”. Já nos primórdios do século XX, era considerado ocupação principal, ou seja, o processo de profissionalização da docência estava-se desenvolvendo de acordo com os padrões nacional e internacional.

Ainda, talvez, contraditoriamente com o processo de profissionalização, mas não longe do que acontecia no resto do país, observamos também que a imagem do professor aparece relacionada a uma atividade que não tem por parte do governo o reconhecimento do seu papel social, o que se traduz na falta ou no atraso dos pagamentos dos salários. Ainda, percebemos também a questão de classe social presente recorrentemente nas matérias, como

na transcrita acima: “nobre e árdua profissão [que] colhe *exclusivamente* os poucos meios de subsistência” (grifos nossos). Assim vemos como se destaca na matéria o trabalho docente em tempo integral, como única atividade remunerada. Ainda, sobre a origem social, pode observar-se que se ressalta que não são os professores pertencentes às classes abastadas da sociedades, dependendo do salário para sobreviver.

É importante lembrar-se da existência, na região, do Liceu de Humanidades de Campos e da Escola Normal de Campos, já mencionados, cujo corpo docente pertencia ao professorado secundário estadual, composto, à época, de professores homens.

Já sobre o professorado primário, e apesar de que o processo de feminização do magistério será tratado mais adiante nesse texto, é relevante assim mesmo destacar que, embora houvesse homens nesse segmento, a maioria dos docentes na região estava composta por mulheres, principalmente no século XX.

Mulheres, também, eram as alunas que lotavam as turmas da Escola Normal de Campos. Uma exceção certamente foi Aldo Muylaert, aluno da Escola Normal quem, imediatamente após sua formatura, abriu uma escola particular à rua do Sacramento, prática, aliás, muito comum à época¹. Esse professor, porém, acabou dedicando-se a outros ramos do magistério público: seja o secundário - lecionando no Liceu de Humanidades de Campos - ou profissional - na Escola de Aprendizes e Artífices de Campos (criada em 1901), até sua mudança para a cidade de Niterói, onde trabalhou no Liceu de Humanidades dessa cidade. Outro homem que foi aluno da Escola Normal foi Horacio Souza que, entretanto, não se dedicou ao magistério, mas ao jornalismo, deixando uma obra de grande relevância pelo registro da sociedade campista até os anos de 1930.

Por essa razão, acreditamos que as matérias jornalísticas apresentadas nesse texto, mesmo falando em masculino, quando falam do magistério primário, o façam referindo-se a uma classe profissional composta majoritariamente por mulheres: as professoras primárias. Assim, no masculino, também referiam-se aos professores os autores dos manuais de Pedagogia que temos estudado e assinalado acima, embora no contexto da sua elaboração, o português da década de 1870, o processo de feminização do magistério já tivesse dado início.

¹ Antonia Ribeiro de Castro Lopes, destacada educadora campista com trajetória no magistério público, também abriu uma escola denominada Curso Normal ainda antes da sua formatura, em 1901, localizada à mesma rua do Sacramento, com alguns anos de duração. Na década de 1920 abriu na mesma rua o Externato Antonia Lopes, e após o fechamento da Escola Normal, da qual foi Catedrática de Pedagogia, abriu o Instituto Claparède em 1933. Ver, a respeito, MIGNOT; MARTÍNEZ, 2002.

Um outro aspecto observável na matéria que diferencia os professores primários dos secundários é que os professores secundários trabalhavam em um prédio próprio, adquirido pelo estado e o qual passou por reformas para albergar a Escola Normal¹. Já as edificações das escolas primárias não eram propriedades do estado, tendo que enfrentar o pagamento de alugueis. Destaca-se nesta matéria que os alugueis tiveram que ser assumidos junto com as Câmaras Municipais por aquela época, e se identifica esta situação com a precariedade geral da profissão.

A falta de pagamento continua sendo tema em matérias subsequentes:

[...] Realmente é aflitiva a sorte desta classe que privada do resultado do seu penoso cotidiano trabalho ver se o braço com a necessidade sendo forçado a permanecer no seu posto e a desempenhar os seus delicados deveres guardando prudência, serenidade de animo e assuidade prejudicados pela alta missão social de que se acha revestida. (Monitor Campista, 06/10/1901).

A ausência de compromisso com o pagamento dos salários dos professores nos remete à ideia trabalhada por Enguita (1991) da “crença social” de que o trabalho da mulher é sempre transitório ou anômalo e seu salário uma segunda fonte de renda, o que acaba favorecendo a manutenção dos salários em níveis baixos ou a falta destes.

Esse assunto é trabalhado por Pessanha (1994), que, citando trabalho de Demartini, mostra que a situação salarial dos professores não havia melhorado com a República e que no contexto brasileiro também entendia-se o salário da professora como “complementação”, ora do salário do pai, ora do marido:

(...) ‘então nós vamos criar uma classe para você, (...) só que nós vamos poder pagar 250 mil réis’ na época era muito pouco. Mas dava pras necessidades de eu ajudar meu pai.” (Demartini 1984, p. 267, apud Pessanha 1994, p.75, grifo nosso).

Justamente o salário é, dentre outros, um componente forte nas explicações sobre a desvalorização do magistério, como afirma Ferreira (1999), dentre outros. E a questão salarial encontra-se muito relacionada com outra questão muito importante tratando-se da docência: a da feminização.

¹ Ver, a respeito, MARTINEZ; GANTOS; BOYNARD, 2006.

De acordo com Apple (1995), que fez um estudo sobre a profissão docente no contexto norte-americano, o magistério era uma ocupação masculina no século XIX e passou a feminina no século XX.

(...) o processo do trabalho dessa ocupação alterou-se radicalmente durante o período. Foi desqualificado, colocado sob condições de controle mais rígido, perdeu muito de seus acessos à mobilidade na carreira gerencial e seu salário baixou (...) (Apple, 1995, p.56).

Também no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX os professores eram de sexo masculino, situação que lentamente foi mudando ao longo do próprio século XIX, como tem demonstrado Villela (1992) ao explicitar a clientela que acudia à Escola Normal de Niterói, a primeira do país, em 1835, toda ela masculina. A questão da remuneração, entretanto, manteve-se constante ao longo de toda a história do magistério: no Brasil, os salários sempre foram baixos. O que se percebe foi que, seguindo outra explicação de Apple (1995), os homens não saíram da docência, mas da sala de aula, tendo ocupado cargos gerenciais, de inspetores, diretores, dentre outros.

Retomando o contexto campista e as matérias dos jornais, observa-se que em matéria publicada três anos após a reportagem anterior, em 1904, a imagem do professor continua ligada ao sentido de missão e que, apesar da grande maioria das professoras serem mulheres, o jornalista continua-se referindo ao “professor”.

[...] De grande responsabilidade é à vossa, a missão do professor não deve se limitar e ler e a escrever, ela colimma objectivos ainda mais alevantados na dinâmica social. Colide e dela não se separa a formação cívica do homem para que se possa desempenhar a tarefa que foi chamada na terra. E é preparar a inteligência dos princípios severos da liberdade e justiça, do respeito à lei e à verdade.[...] (Monitor Campista, 26/04/ 1904).

Nessa matéria, o “professor” aparece como um profissional valorizado e sua imagem está relacionada a uma “*missão nobre*” como realizador de uma importante tarefa ligada à formação cívica do homem. Para Souza (1998), dentre outros, à professora da Primeira República atribuía-se a função de ser portadora do símbolo da civilização; à escola primária, seu lócus de atuação, a de ser a “*instituição fundamental para o novo regime e para a reforma da sociedade brasileira*” (p. 35).

As representações das mulheres como responsáveis pela formação dos homens na qualidade de mãe e de educadora iam ao encontro das teorias civilizatórias que pretendiam afirmar a necessidade de construir uma nação direcionada ao progresso material e cultural.

Em um discurso pronunciado na festa da distribuição de diplomas das normalistas em 1903, a imagem do professor aparece relacionada ao sacerdócio, mostrando ainda essa ambivalência do estatuto profissional, detectada por Nóvoa.

Aprendemos na leitura de um eminente publicista que o mestre é quem a família confia as suas esperanças o seu esteio futuro, o herdeiro de seu nome, não pode ser uma pessoa vulgar; o seu merecimento não se pesa pelo salário, mas pelo desinteresse; e a maior prova de estima que pode receber é a mesma confiança que se lhe tributa. É isto uma verdade incontestável que geralmente interpretam chamando a escola um templo e o professor o sacerdote, mas convenhamos tem-se exagerado muito a noção de sacerdote aplicada ao professor. O sacerdote também vive: não escapa as condições fisiológicas dos outros homens. (Monitor Campista, 27/04/1904).

Assim, apesar de encontrar nas palavras do discursante uma crítica aos baixos salários, a ideia de sacerdotisa responsável pela instrução das crianças pequenas marcava as representações sobre o ofício das mestras.

No discurso pronunciado na entrega de diplomas em 1906, menciona-se que o “professor” em suas práticas cotidianas devia ensinar o caminho da moral aos seus “discípulos”. Nesse texto apareceram vestígios de discurso de um saber especializado próprio da época, a psicologia e higiene, misturados com as funções de mãe:

Ao professor primário cabe uma das mais árduas missões – educar o cérebro e o coração das crianças cuja curiosidade deve ser activamente coadjuvada, e mais ainda cooperar pelo seu desenvolvimento physico,[...].

Na escola onde se acolhe o conhecimento do bem e da verdade, o desempenhar um duplo papel de instructor e do educador; não se deve limitar exclusivamente a instrução. Cumpre que zele a educação de seus discípulos, dando-lhes conselhos verdadeiramente paternais.[...]. (Monitor Campista, 28/03/1906).

Através de variadas representações e práticas sociais e de múltiplas trajetórias e experiências, algumas mulheres, *tornando-se* professoras, buscaram exercer, por necessidade econômica ou não, uma profissão, atuando na esfera pública e desempenhando funções sociais não mais restritas à maternidade e ao âmbito doméstico, embora a docência continuasse a guardar relações intrínsecas com ambas as funções ditas femininas.

Segundo Apple (1995), “o suposto ‘jeito para cuidar’ feminino, as qualidades empáticas ‘naturais’ das mulheres e seus salários relativamente baixos tornavam-nas ideais para ensinar (...)” (p.61).

Justamente foram essas “funções ditas femininas” as destacadas pelo jornalista do periódico escolhido para o presente estudo, na sessão diária "Notas a lápis". Nessa matéria podemos observar, agora sim, uma referência direta ao sexo feminino ao falar da classe docente.

[...] A função da mulher é eminentemente educadora e por estar assim entendido modernamente vemos que em quase todos os estados da União, diplomam-se anualmente legiões de moças que vão formar o grande exército encarregado de combater a treva. Nesse ponto, o homem foi cedendo o passo à mulher, pois é insignificante a porcentagem masculina no quadro do professorado. Com isso talvez tenha perdido um pouco a disciplina tão necessária ao progresso da instrução, mas também já é tempo da nossa mulher ir adquirindo aquela energia máscula da mulher inglesa e americana, energia indispensável à educadora. A professora precisa ser intrépida e galharda, para bem conduzir as massas confiadas à sua direção; essa galhardia e essa intrepidez saem naturalmente da independência da profissão.

Aqueles que não tiveram cabedais para largar as suas lindas herdeiras farão obra previdente em lhes dar uma profissão independente e nenhuma me afigura tão adequada como a de professora, pela sua grande função social. E as que tiverem que deixar suas filhas também farão coisa meritória enviando-as a conquistar o diploma de professora, porque ninguém sabe que surpresas revela o futuro e é necessário que a mulher esteja sempre apta a exercer a sua função quer venha a ser educadora, esposa ou mãe.

A nossa terra muito tem lucrado com a existência desse laboratório (Monitor Campista, 09/01/1910).

No final da sessão, notamos um certo “louvor” à Escola Normal, entendida como laboratório. Também podemos perceber, no discurso pronunciado, a representação da figura da mulher ligada à função de educadora, esposa e mãe. Nesse caso particular campista, observa-se que prevalecia a ideia da continuidade de funções entre a educadora, a esposa e a mãe, imagem também muito difundida por aqueles anos.

A ideia da mulher “indisciplinada” também marca o discurso do jornalista. Cabia ao magistério - e a seus professores - discipliná-la. E essa era tarefa do homem, que lhe "cedeu" seu lugar no magistério – segundo as palavras do próprio jornalista -, mas devia imprimi-lhe as qualidades necessárias para desenvolver a tarefa que lhe era reservada.

Outra ambiguidade do magistério que observamos, e que vai perdurar ao longo da primeira década do século XX, marca a matéria publicada em 8 de março desse mesmo ano no periódico analisado, por ocasião da formatura da turma da Escola Normal. Ao sintetizar as palavras do Sr. Teophilo Gouveia, "paranympho" da turma, o jornalista afirmou que "leu um discurso abundante de ideias tendentes a consorciar o ensino com a religião".

Tomando novamente uma ideia emprestada de Novoa (1991), vemos que ainda se mantinha uma certa ambiguidade no processo de laicização do magistério, sendo as professoras tratadas como uma espécie de "clérigos-leigos" (p. 121). Para poder apresentar-se como modelo para as jovens gerações, esses profissionais eram submetidos a um rigoroso controle, por parte da comunidade, sobre seus desejos, falas, gestos e atitudes, ainda desde os bancos escolares¹.

Na mesma matéria, ao se referir ao "orador" da turma, nada menos que o "aluno-mestre" Aldo Muylaert, o jornalista destacou que no seu pequeno discurso agradeceu as "luzes" recebidas de seus mestres. Assim vemos que tinha sido incorporado o olhar dos profissionais do magistério e o conhecimento que deviam partir como luz que combate as trevas da ignorância, muito difundida também entre o magistério daquela época.

Considerações Finais

Neste texto, tentamos apreender representações sociais sobre o magistério e a professora encontradas nas matérias do jornal "Monitor Campista", no período compreendido entre os anos finais do século XIX e o final da primeira década do século XX na cidade de Campos dos Goytacazes, em um contexto fortemente marcado pela presença da Escola Normal de Campos.

Levantamos, também, o questionamento de se haveria concepções do magistério em disputa no imaginário local da época dos anos finais do século XIX. Nesse sentido, pelos trechos apresentados, poderíamos responder positivamente, ao observar diferentes reivindicações sociais sobre a profissão que nos levam a afirmar que se observam um "antes" e um "depois" da criação da instituição.

Assim, vemos que, na matéria publicada previamente ao nascimento desta escola diretamente responsável pela educação das futuras professoras, se destacam atributos estéticos e se escolhe um trecho de um texto escrito originariamente no primeiro quartel do século XIX, em tom de convencimento acerca da necessidade da educação feminina em forma ampla.

¹ Enquanto faziam o curso normal, as notas das alunas nas diferentes provas, as faltas à aula e outras situações do cotidiano eram publicadas no jornal Monitor Campista. Não acontecia mesma coisa com os alunos do Liceu de Humanidades.

As matérias posteriores foram publicadas no século XX quando, por outra parte, o processo de feminização da profissão já era uma realidade na região, embora seja quase uma constante fazer referência à classe profissional usando o gênero masculino. Nesse contexto, ao se mencionar algumas características que a sociedade local atribuía à *identidade* da professora primária, podemos destacar principalmente: prudência, serenidade de animo, afeto, paciência e espírito missionário. A professora primária aparece assim como um profissional imbuído de uma missão social. E essa missão encontra uma continuidade entre as funções de mulher, mãe e educadora. As instituições sociais, sejam os regulamentos do magistério, seja a formação da Escola Normal, estavam encarregadas de disciplinar a mulher.

Em relação à *profissão* docente, observou-se a ausência de qualquer tipo de reflexão nos jornais dos últimos anos do século XIX. Já no início do século XX podemos perceber que os jornais ressaltaram a desvalorização financeira e o descaso do Estado. O que podemos concluir disso então? Como é que esta desvalorização se articula com as representações sociais sobre a profissão docente enquanto “ação missionária”, “salvadora” e “iluminadora das almas”?

Na verdade, essa aparente contradição é uma combinação perfeita, se pensarmos que somente uma profissão considerada própria para pessoas “sensíveis” e “cumpridoras de causas nobres” poderia sobreviver a uma condição material precária.

Sendo assim, podemos dizer que essas representações sociais, reproduzidas na mídia e exemplificadas nesse trabalho pelo jornal “Monitor Campista”, contribuíram para formar e manter algumas das características que a sociedade campista atribuiu e atribui à professora primária.

Para finalizar, conclui-se que a profissão docente e a professora primária eram valorizadas e reconhecidas pelo valor social que representavam no período estudado. Porém, foi observado que as políticas públicas acabavam desvalorizando-as, principalmente através dos baixos salários e a falta e/ou irregularidade no pagamento.

Referências bibliográficas

APPLE, Michael W. **Trabalho Docente e Textos: Economia Política das Relações de Classe e de Gênero em Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BASTOS, Maria Helena Camara. “Espelho de papel, a imprensa e a história da educação”. In: ARAUJO, J.C.S & GATTI Jr, D. (2002) **Novos Temas em História da Educação Brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG. Edufu, p.151-174, 2002.

CAMPOS, Maria Christina S. de S. A formação dos professores no Brasil: do Império à Primeira República. **Cadernos CERU**. São Paulo, série 2, (3): 89-112, 1991.

CARVALHO, M. M. C. de Livros e revistas para professores . Configuração material do impresso e circulação internacional de modelos pedagógicos. In: PINTASSILGO, J.; FREITAS, M.C;

MOGARRO, M. J. e CARVALHO, M. M. C. de (orgs.) História da Escola em Portugal e no Brasil. Circulação e apropriação de modelos culturais. Lisboa, Edições Colibrí, 2006.

CATANI, Denice Barbara. “Estudos de história da profissão docente”. In: LOPES, Eliane M. & FARIA FILHO, Luciano. (Orgs). **500 anos de educação no Brasil**. Autentica, Belo Horizonte, 2000.

_____. “A imprensa periódica educacional: *as Revistas de Ensino* e o estudo do campo educacional”. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, Vol. 10, n. 20, pp.115-130, jul./dez., 1996.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa, Difel, 1990.

_____. “O mundo como representação”. **Estudos Avançados**, São Paulo, Vol. 11, n.15, p.179, 1991.

DURKHEIM, Émile. “Representações Individuais e Coletivas”. In: **Sociologia e Filosofia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970.

ENGUITA, Mariano Fernández. “A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização”. **Teoria e Educação**. Porto Alegre, 1991.

FERREIRA, Rodolfo. **Entre o Sagrado e o Profano**: o lugar social do professor. Rio de Janeiro: Quartet, 1998.

FERNANDES, Ana Lúcia C. Produção e circulação do conhecimento pedagógico: análise comparada de revistas de educação e ensino no Brasil e em Portugal (1880 1930). In: SOUZA, Donaldo; MARTINEZ, Silvia. (Org.). **Educação comparada: rotas de além-mar**. 1ª ed. São Paulo: Xamã, 2009, v. 1, p. 221-236.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. In: **Educação e Realidade**. Vol 20 (2), jul / dez, 1995

_____. **Gênero Sexualidade e Educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro/ Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTINEZ, S. A. A Escola Normal de Campos - Uma trajetória no magistério Fluminense. **Relatório de Pesquisa**, Faperj, 2004.

_____. Saberes “normalistas” e sua circulação e apropriação no contexto Portugal-Brasil: o caso do manual *Elementos de Pedagogia*, de Affreixo e Freire. In: SOUZA, D. B. de; MARTINEZ, S. A. (Orgs.). Educação comparada: rotas de além-mar. São Paulo: Xamã, 2009, p. 167-218.

MARTINEZ, S.A e FAGUNDES, P. E. As memórias liceistas: o arquivo do Liceu de Humanidades de Campos (Rio de Janeiro). *Cadernos de História da Educação (UFU. Impresso)*, v. 9, p. 239-249, 2010.

MARTÍNEZ, S. A.; GANTOS, Marcelo Carlos e BOYNARD, Maria Amelia de Almeida Pinto. Cada cidade uma escola: o papel do Liceu de Humanidades de Campos nas origens do Ensino Secundário no Norte Fluminense. In: PESSANHA, Eurize Caldas; GATTI JUNIOR, Décio. (Org.). Tempo de cidade, lugar de escola: história, ensino e cultura escolar em escolas exemplares. 1ed. Uberlândia: EDUFU, 2012, v. , p. 277-298.

_____. ARQUITETURA, ESCOLA E MEMÓRIA: O EDIFÍCIO DO LICEU DE HUMANIDADES DE CAMPOS. *Cadernos de História da Educação (UFU)*, v. 5, p. 161-174, 2006.

MARTINEZ, S. A. e BOYNARD, M. A de A. P. Memórias de 1955: O (re) nascer do Instituto de Educação de Campos. In: GANTOS, M. (org). **Campos em Perspectiva**, Rio de Janeiro, Papel Virtual, 2004.

MENDONÇA, A.W. do O, J. A História da Profissão Docente no Brasil e em Portugal: aproximações e distanciamentos. **Revista Brasileira de História da Educação**. V.7, n. 3, 2007.

MIGNOT, A. C. V. e MARTÍNEZ, S. A. Antonia Ribeiro de Castro Lopes. In: FÁVERO MARIA DE LOURDES e BRITTO JADER MADEIROS de (Orgs.). *Dicionário de Educadores do Brasil*. 02 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Mec-Inep-Comped, 2002, v. 01, p. 89-96.

NETO, W. G. “Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX”. In ARAÚJO, J. C. S & GATTI Jr, D. **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG. Edufu, 2002, p.197-225.

NÓVOA, Antônio. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Teoria e Educação**, nº . 4, 1991, p.109-139.

_____. O Passado e o Presente dos Professores. In: NÓVOA, Antônio (org). **Vidas de professores**. Porto: Porto Ltda, 1991.

_____. “A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português”. In: CATANI, D. B. & Bastos, M. H.C. (orgs). (1997) **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo, Escrituras, 1997.

_____. “Formação de professores e profissão docente”. In: _____(org). Os professores e sua formação. Lisboa. Publicações Dom Quixote, 1997, 2ª ed.

PESSANHA, Eurize Caldas. Ascensão e queda do professor. São Paulo, Cortez, 1994.

SECO, M. J. e Pedrosa, A. Entre Prometeu e Sísifo: da educação como forma de intervenção, em: XXX Encontro da Associação de História Económica e Social. Crises Económicas, Crises Sociais. Lisboa, ISEG, 19-20 de Novembro de 2010, <http://www.iseg.utl.pt/aphes30/docs/progdocs/ALCINO%20PEDROSA.pdf>, acesso em 03 de junho de 2013.

SOUZA, H. Cyclo Áureo. História do 1º Centenário da Cidade de Campos 1835-1935. Campos: Artes Gráficas, Escola de Aprendizes Artífices, 1935, 1ª ed.

TANURI, Leonor Maria. História da Formação de Professores. In: Revista Brasileira de Educação. nº 14, mai/jul/ago, 2000.

VILLELA, Heloísa de O .S. “A primeira Escola Normal do Brasil ”. In Nunes, Clarice (org.) **O Passado sempre Presente**. São Paulo, Cortez, 1992.

_____. “O Mestre - Escola e a Professora”. In: Lopes, Eliane M. & FARIA FILHO, Luciano. (Orgs). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, Autentica, 2000, p.95-134.

Jornal Monitor Campista – 1894-1910.

- Educação da Mulher. Monitor Campista, Campos dos Goytacazes, 30 de agosto de 1894.
- Os professores. Monitor Campista, Campos dos Goytacazes, 6 de outubro de 1901.
- O professorado. Monitor Campista, Campos dos Goytacazes, 29 de setembro de 1901.
- Escola Normal. Monitor Campista, Campos dos Goytacazes, 26 de abril de 1904.
- Escola Normal. Monitor Campista, Campos dos Goytacazes, 27 de abril de 1904.
- Escola Normal. Monitor Campista, Campos dos Goytacazes, 28 de março de 1906.
- Notas à Lápis. Monitor Campista, Campos dos Goytacazes, 09 de janeiro de 1910.

Submissão: Março de 2013
Publicação: Julho de 2013